



**Estado do Pará**  
**Câmara Municipal de Belém**

**AVULSO Nº 26      PROJETOS RECEBIDOS PELA MESA – Em 11.06.2025**

001	Prefeitura Municipal de Belém	Proc.    Nº 1411/2025  Mensagem 011/25	Dispõe sobre a concessão do benefício vale-alimentação aos servidores públicos do Município de Belém, e dá op.
-----	-------------------------------------	--	--

1411, 11.06.25, 14h06



  
Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

MENSAGEM Nº 011/2025-GABINETE DO PREFEITO 06 de junho de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador JOHN WAYNE

DD. Presidente da Câmara Municipal de Belém  
e demais Ilustres Vereadores

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

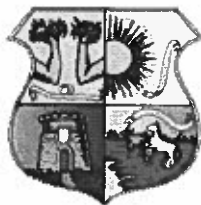
Tenho a honra de me dirigir a Vv. Exas. com fundamento na competência outorgada pelo art. 94, incs. IV e XIII e Art. 75, inciso II da Lei Orgânica, para submeter-lhes à avaliação e aprovação o anexo "**Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão do benefício de vale-alimentação aos servidores públicos do Município de Belém e dá outras providências**", pelas razões que se seguem:

O presente Projeto de Lei visa regulamentar, em cumprimento ao disposto no art. 18, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município de Belém, a concessão do benefício de vale-alimentação aos servidores públicos municipais.

A Lei Orgânica do Município determina que a concessão do auxílio-alimentação deve ocorrer "na forma da lei", o que impõe, do ponto de vista jurídico, a necessidade de norma legal específica tratando da matéria. Contudo, até o presente momento, tal regulamentação vem ocorrendo por meio de ato administrativo infra legal — a Instrução Normativa nº 002/2015.

A Procuradoria Geral do Município, tem apontado sistematicamente a referida inconsistência normativa, recomendando a edição de Lei em sentido formal como condição necessária para a legalidade da concessão do benefício.

Recebido em  
10/06/2025  
Euse



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**

### **GABINETE DO PREFEITO**

Diante disso, o presente Projeto de Lei objetiva suprimir essa lacuna normativa, conferindo segurança jurídica à política pública de concessão do vale-alimentação, alinhando a Administração Municipal aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência.

Importante destacar que a proposta mantém a discricionariedade da Administração quanto à forma de operacionalização do benefício, permitindo que este seja pago em pecúnia (espécie) ou por meio de cartão eletrônico de alimentação, conforme critérios de conveniência e oportunidade a serem definidos por regulamentação específica do Poder Executivo.

Assim, a presente proposta representa medida de responsabilidade institucional, de valorização do servidor público e de fortalecimento da segurança jurídica na gestão de recursos públicos.

Por fim, em razão dos argumentos esposados e restando demonstrado o interesse público da medida, requeiro aos integrantes desse Egrégio Poder Legislativo, que seja o projeto de lei apreciado e acatado com **urgência**, com supedâneo no art. 77, da Lei Orgânica Municipal.

Certo, pois, de haver cumprido com o meu dever e na expectativa de poder contar com o decisivo apoio de Vv.Exas. na aprovação da proposição, aproveito o ensejo para renovar-lhes protestos de apreço e respeito.

**Palácio Antônio Lemos, 06 de junho de 2025.**

IGOR WANDER CENTENO Assinado de forma digital por  
NORMANDO:9466075128 IGOR WANDER CENTENO  
7 NORMANDO:94660751287  
Dados: 2025.06.06 19:58:28 -03'00'

**IGOR NORMANDO**

Prefeito Municipal de Belém



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI N.º        /2025 – PMB, DE        DE        DE 2025.**

**Dispõe sobre a concessão do benefício de vale-alimentação aos servidores públicos do Município de Belém e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM,**

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o benefício de vale-alimentação aos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Município de Belém.

**§1º** O benefício de que trata o caput tem caráter indenizatório e será concedido mensalmente, com o objetivo de subsidiar as despesas com alimentação dos servidores.

**§2º** O valor do benefício será fixado por ato do Chefe do Poder Executivo, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município.

**Art. 2º** A concessão do vale-alimentação dar-se-á, a critério da Administração, em pecúnia ou por meio de cartão eletrônico específico.

**Art. 3º** O benefício instituído por esta Lei não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos legais, inclusive para cálculo de aposentadoria e pensões, e não configura base de incidência de contribuição previdenciária.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 4º** O servidor em gozo de licença ou afastamento legal, fará jus ao vale-alimentação somente nas hipóteses expressamente previstas em regulamento.

**Art. 5º** O benefício será concedido apenas a servidores em efetivo exercício, conforme critérios e condições a serem definidos em regulamento próprio, a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Antônio Lemos,    de        de 2025.**

IGOR WANDER CENTENO Assinado de forma digital por  
NORMANDO:946607512 IGOR WANDER CENTENO  
87 NORMANDO:94660751287  
Dados: 2025.06.06 20:09:59 -03'00'

**IGOR NORMANDO**

**Prefeito Municipal de Belém**